

A BRIGADA MILITAR E A SEGURANÇA NACIONAL: Segurança Interna e Contra-Revolução na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul (1967-1985)

RAFAEL DE BORBA ARAUJO*

Introdução

Este artigo trata da análise das transformações das atividades da Brigada Militar do Rio Grande do Sul a partir da promulgação da carta constitucional de 1967, que decretou a militarização do policiamento ostensivo no país. As PMs brasileiras substituiriam as Guardas Civis e de Transito nas atividades de patrulhamento das ruas e passariam a desempenhar papel chave no quadro da Segurança Nacional, atuando na Segurança Interna como última barreira das forças da ordem antes de uma intervenção direta das forças armadas.

O estudo propõe a compreensão de tal reestruturação como enquadrada nas concepções da Doutrina de Segurança Nacional, fortemente influenciadas pela conjuntura internacional de Guerra-Fria e pelos conceitos da Doutrina de Guerra Revolucionária Francesa e da Contra-Insurgência norte americana.

O trabalho baseia-se na análise das monografias de conclusão de curso, dos Cursos de aperfeiçoamento de quadros da Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul (APM-RS) - Curso Superior de Polícia Militar (CSPM) e, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) produzidas entre os anos de 1980 e 1985. Os cursos eram quesitos obrigatórios para ascensão na carreira de Oficial de Polícia Militar, e voltados à preparação dos quadros destinados a ocuparem os mais altos postos da hierarquia da instituição.

A escolha do período e tema deste trabalho volta-se diretamente à compreensão do papel das Polícias Militares brasileiras no quadro internacional da Guerra Fria e, em plano interno, da Doutrina de Segurança Nacional, institucionalizada no país após a promulgação da carta constitucional de 1967. Aliada a um programa de desenvolvimento econômico, a doutrina pretendia impedir a “comunização” do país, e torná-lo uma potência do bloco ocidental. A intenção de identificar o desenvolvimento

* Graduado em Licenciatura em História e mestrando do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES.

desse ideário na corporação, baseia-se no papel chave desempenhado dos pelos órgãos repressivos estatais durante os anos de regime militar e, principalmente, pela ausência de estudos sobre as polícias militares no quadro da Segurança Nacional.

O artigo expõe resultados parciais de uma pesquisa em andamento no mestrado do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2012.

A Constituição de 1967 e a Militarização do Policiamento Ostensivo.

A Constituição promulgada pela ditadura militar em 1967 promoveu uma profunda alteração nas funções desempenhadas pelas Polícias Militares brasileiras, que passariam a executar o monopólio das atividades de policiamento ostensivo. A carta também previa papel de destaque às corporações no quadro da Segurança Nacional, com atuação na Segurança Interna como última barreira das forças da ordem antes da intervenção direta das forças armadas. As atividades então outorgadas resultaram em investimentos massivos nas forças, com ampliação significativa dos quadros e aquisição de viaturas e equipamentos.

A constituição e seus decretos complementares determinavam ainda a criação da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão diretamente vinculado ao Estado Maior do Exército, comandado por um General de Brigada, e com a incumbência da centralização de todas as atividades das polícias militares brasileiras sob a égide do Ministério da Guerra. A medida foi tomada em detrimento dos governadores estaduais e suas secretarias estaduais de segurança pública, que além de dispor do comando direto das forças eram então responsáveis pela nomeação de seus comandantes gerais¹.

A IGPM foi responsável pelo enquadramento das Polícias Militares Brasileiras nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, utilizando-se de uma ampla uniformização das forças em todos os âmbitos, passando por seus efetivos, administração, planos de carreira e mesmo aspectos técnicos policiais, de material bélico e treinamento.

Mesmo que oficialmente institucionalizada a partir da carta de 1967, a aproximação da corporação com as “modernas” teorias de policiamento pode remontar

¹ Decreto-lei número 317, de 18 de Março 1967.

na Brigada ao fim dos anos 50, quando da solidificação na Escola Superior de Guerra brasileira dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Esse foi o período dos primeiros contatos de nossas forças armadas com a Doutrina de *Guerre Revolutionnaire* francesa² e, na Brigada Militar, das primeiras visitas de oficiais brigadianos às academias militares norte americanas no Canal do Panamá (Ribeiro, 1987:557).

No âmbito acadêmico, desconhecemos a existência de trabalhos dedicados à militarização do policiamento ostensivo ou à atuação das polícias militares ao longo da Ditadura. Os trabalhos voltados à compreensão do aparato repressivo do período do regime centram-se no estudo das atividades de policiamento civil, particularmente dos DOPS, da Operação Bandeirantes e da formação do Sistema CODI-DOI, assim como da ligação e atuação dos serviços secretos das forças armadas com essas atividades, ou ainda, na atuação do exército no Araguaia.

A partir dos anos 90 inicia-se uma tímida produção acadêmica no âmbito das Ciências Sociais sobre as atividades policiais militares, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, porém voltada à atuação e realidade imediata das corporações.

No Rio Grande do Sul, a busca pela compreensão do desenvolvimento das atividades da força no policiamento ostensivo e Segurança Interna é favorecida no início dos anos 80 pela possibilidade de análise da produção acadêmica dos alunos oficiais da Brigada Militar. Nesse período, a Academia de Polícia Militar (APM) passa a exigir monografias de conclusão de curso dos alunos formandos em seus cursos de aperfeiçoamento de quadros. Essas monografias, escritas nos anos finais do regime militar, apresentam-se como uma rica fonte para o estudo do tema, possibilitando uma aproximação direta com os conceitos utilizados pela instituição de ensino para a formação de seus quadros de comando.

A análise das ferramentas teóricas então utilizadas pelos oficiais brigadianos proporciona uma visão dos conceitos fornecidos pelos manuais da IGPM desde 1967, amadurecidos por quase duas décadas de atividades na Segurança Interna. As monografias indicam a profundidade e desenvoltura com que os alunos oficiais

² Como aponta o General Meira Mattos: “No interregno 1945-1964, havia uma perplexidade militar sobre a possibilidade da guerrilha.(...) Foi nessa fase que surgiu, por exemplo, o livro de Gabriel Bonnet, grande pensador militar francês. Como nunca deixamos de mandar estudantes à Escola Superior de Guerra de Paris, nossos oficiais voltaram com esse material na mão, toda a racionalização francesa do assunto. Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela quem lançou as idéias sobre as guerras insurrecional e revolucionária. (D’Araujo & Castro,1993,p.77-78).

manejam seus preceitos, profundamente marcados pela conjuntura internacional de Guerra-Fria e pela preocupação com o papel da corporação na defesa do Mundo Livre.

As Polícias Militares na Segurança Nacional

A ausência de trabalhos de fora da instituição sobre as atividades das polícias militares na Segurança Nacional tornou uma aproximação inicial com as fontes fundamental para a pesquisa proposta. Dessa primeira leitura surgiu a problemática levantada bem como uma compreensão das atividades desempenhadas pelas polícias militares brasileiras após a constituição de 1967. Mesmo que diretamente responsáveis por zelar pelo cumprimento da lei, e logo, pelo combate ao crime, elas também receberam responsabilidades diretas sobre a manutenção da ordem e garantia do exercício dos poderes constituídos, prevendo-se mesmo sua atuação como força auxiliar do exército em atividades de guarda territorial.

O quadro abaixo, retirado da monografia de conclusão do Capitão da Brigada Militar Mauro Marques para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), resume o rol de atividades outorgados a força pela constituição de 1967.

SITUAÇÃO	MISSÃO	AÇÃO DECORRENTE	QUADRO
Normalidade	Cumprimento da Lei	Policiamento Ostensivo	Seg. Pública
Anormalidade	Ordem Pública	Força de Dissuasão (Choque)	Seg. Pública
Grave Anormalidade	Garantir Poder Constituído	Contra Guerrilha	Seg. Interna
Total Anormalidade	Servir ao Exército	Guarda Territorial	Seg. Externa

(Marques,1980:13)

O aluno frisa ainda a importância da atuação da força em quadros de “Anormalidade” e “Grave Anormalidade”, ou seja, policiamento de choque e atividades de contra guerrilha, frente à necessidade de evitar qualquer possibilidade de uma intervenção direta das forças armadas no estado (Marques,1980:13).

O peso com que os temas relativos a essas atividades são tratados nas monografias dos alunos oficiais nos anos 80, revela uma grande preocupação por parte da instituição com a temática da Segurança Nacional e das atividades da PM na Segurança Interna. A análise inicial das fontes disponíveis, cerca de 250 monografias,

produzidas ao longo dos cinco anos nos dois cursos selecionados, considerando-se as limitações da tentativa de uma divisão por assuntos nesse estágio da pesquisa, apontam a predominância dos trabalhos voltados a temática da segurança nacional sobre aqueles relacionados ao combate ao crime.

Nosso trabalho baseia-se apenas nas informações preliminares obtidas nas análises iniciais das monografias. Além das monografias, as únicas informações até agora encontradas são as do decreto estadual de 1968, que criou o CSPM. O decreto previa um curso dividido em três ciclos: Básico, Profissional e Operacional:

Ciclo Básico: Visando uniformizar os conhecimentos relativos à Segurança Nacional, Segurança Interna, planejamento, cultura jurídica e geral necessárias às elevadas funções de Estado Maior, comando e chefia nas organizações policiais militares.

Ciclo Profissional: Visando preparar os oficiais superiores as funções de Estado Maior e Comandos Gerais, desenvolver conhecimentos de planejamento e emprego operacional, com vistas a atuação das unidades de polícia militar em missões de manutenção de ordem pública, Segurança Interna e defesa territorial terrestre.

Ciclo Operacional: visando realizar exercício de conjunto, tipo manobra na carta, desenvolvendo uma situação de manutenção de ordem pública e Segurança Interna, com objetivo de ser estudada a integração do organismo policial no planejamento de situações já referidas. Deverá ser interessada no exercício a Secretaria de Segurança do Estado, a fim de integrar no mesmo os organismos policiais civis. Um dispositivo de comunicações deverá ser mantido a fim de atender os postos de comando hipotéticos criados para o exercício.

Decreto Estadual nº 19.393 de 1968. Art. 5.

A predominância da temática relativa à Segurança Interna, tema de preocupação praticamente exclusiva nos dois últimos ciclos do curso, talvez explique o peso dessas temáticas na produção acadêmica dos alunos. O treinamento para as atividades de controle de distúrbios de rua, atividades de contra guerrilha, guarda territorial, assim como preocupações com as formas de atuação dos diversos setores da população enquadrados no amplo conceito de “Inimigo Interno”, agrupados sob a grande temática da “Guerra Revolucionária”, ocupam os títulos de cerca de 60% dos trabalhos em ambos os cursos.

Nessas obras, nota-se a pesada influência da conjuntura internacional de Guerra-Fria, servindo mesmo como o próprio alicerce da percepção das atividades sobre as

quais se vê responsável a Brigada Militar, e base sobre a qual se desdobra sua estratégia repressiva:

A aceitação tácita da bipolarização ideológica para nós, não é só pacífica como fundamental (...) (Ela) tem transformado o mundo, material e espiritualmente. Rompeu fronteiras, mobilizou pensamentos, desequilibrou mentes, enfim, abriu frentes em todos os quadrantes em uma guerra nova, mascarada, sorrateira, fria e implacável. (...)

A Guerra Fria é luta psicológica, luta titânica e maliciosa, sorrateira e traiçoeira; conturba, intranqüiliza, pois o próprio conceito de inimigo, respeitável de frente a frente na trincheira, foi mudado; o inimigo está ao nosso lado, é nosso “amigo”, nosso “parente”, come do nosso pão na nossa mesa, tem nas suas veias o nosso sangue, pisa o solo da pátria comum - porém, é inimigo. (...) e para vencer, é necessário identificá-lo, conhecê-lo, e batê-lo em todas as frentes sem quartel.

E a Guerra Fria ou psicológica, nada mais é que a ante sala da Guerra Revolucionária ou Subversiva. Guerra Fria, psicológica, revolucionária, subversiva, nada mais são do que sinônimos e fases da guerra comunista e mercenária de fanáticos e paranóicos financiados pelo extremismo internacional. Haverá quem duvide da marcha comunista para o domínio de mentes e nações? Os episódios de Cuba, Vietnã, Bolívia e outros países estão presentes e não admitem outras interpretações. O mundo é hoje um extenso campo de batalha. (Barreto, 1984; 10-11)

O autor discorre ainda sobre o processo subversivo e o “inimigo interno”, que visando conturbar a vida nacional promove ações de agitação, propaganda, sabotagem e terrorismo, e de sua pretensão de criação de “territórios livres” da ação do estado, com objetivo final de conquista do poder (Barreto, 1984:22).

Da mesma forma, detalha ainda os meios de combate ao inimigo e a estratégia de ação das forças da ordem visando a neutralização dos subversivos, que segundo o mesmo autor seria constituída de três fases distintas: preventiva, repressiva e operativa. A fase preventiva representaria a atuação do estado em período anterior ao surgimento do movimento subversivo, em situação de *normalidade*, desenvolvendo medidas permanentes para impedir o surgimento de clima propício à atuação do Inimigo. A ação das polícias militares nessa fase é a mais significativa por estarem ligadas às comunidades, e serem presentes em todos distantes pontos do território estadual e,

portando, conhecerem a população em seus hábitos e deficiências (Barreto, 1984:37-38).

A fase repressiva compreenderia medidas para destruir toda forma de movimentos revolucionários e conquistar o apoio da população. Visa os agentes do processo subversivo e seu isolamento, procura combater o movimento subversivo em seu estágio inicial de implantação, momento do estabelecimento de sua infra-estrutura política e logística (Barreto, 1984:42).

Ainda segundo o autor, a fase operativa consistiria no combate das atividades subversivas quando conseguem levantar parte da população, ganhando as ruas como movimentos de massas. A intervenção *manu militari* é realizada pelas PMs através de suas forças de controle de distúrbios de rua. Neste caso, trata-se de eliminar o inimigo interno e o movimento revolucionário no curto prazo. As manobras desenvolvidas objetivam neutralizar a ação do inimigo, dispersar a massa e capturar os agitadores. Exige grande efetivo fardado em policiamento ostensivo e civil infiltrado na população, em cooperação com a Polícia Civil e órgãos das Guardas Municipais e Noturnas, todos sob um único comando centralizado. A força de reação deve ser flexível para engajar-se e desengajar-se rapidamente com os meios de comunicação e transporte necessários. Se por um lado há necessidade de um comando unificado, a natureza da operação exige execução descentralizada. Nesse sentido, a área de operações deverá ser dividida em áreas de responsabilidades das diversas unidades, batalhões e companhias. Caso não contida a situação de “*anormalidade*”, apela-se à intervenção direta das forças armadas, em quadro considerado de *Grave perturbação da Ordem, ou Total Anormalidade*, onde se prevê a atuação das PMs como forças auxiliares do Exército Nacional (Barreto, 1984:43-48).

Nossa análise preliminar da conceituação empregada pelo autor verifica que as ferramentas teóricas utilizadas em sua exposição remetem como tentaremos demonstrar adiante, a um intenso debate desenvolvido no âmbito das forças armadas do continente, em muito influenciado pelos teóricos da defesa do bloco ocidental, e realizado ao longo de toda segunda metade do século XX.

A atuação em um contexto entendido como de “*guerra total*”, desenvolvida em “*fases*”, e voltada ao combate de destruição de um previsto “*inimigo interno*”, preocupada com as “*tensões sociais*” e em resguardar o bem estar da população no

intuito de mitigar “aspectos psicológicos negativos” que atuem a favor do inimigo, remetem as reflexões originadas das experiências coloniais francesas dos anos 50, ou das apropriações que dela fizeram os teóricos norte americanos. Da mesma forma, uma resposta baseada em atividades de informações, presença constante entre as comunidades e, a utilização de uma força de resposta “flexível” com alta mobilidade e capacidade de comunicação, atuando descentralizada sob comando unificado, indicam uma provável influência vinda das mesmas fontes.

O nascimento de uma nova doutrina: A Guerra Revolucionária Francesa

A estratégia de Guerra Revolucionária³ foi disseminada no ocidente sob forte influência do pensamento militar francês, primeiro a debruçar-se sobre a teoria da Guerra Revolucionária desenvolvida pelos revolucionários comunistas. As reflexões foram decorrentes da necessidade de controle sobre suas populações coloniais sublevadas e, das recorrentes derrotas sofridas por suas forças colonialistas frente os movimentos de libertação nacional na Península da Indochina e na Argélia. Esses movimentos de libertação adotaram uma estratégia de guerra em etapas, fortemente influenciada pela teoria de Guerra Revolucionária desenvolvida por Mao Tse Tung⁴, sendo seus triunfos percebidos no contexto da Guerra Fria como vitórias do “Movimento Comunista Internacional”.

A primeira percepção dos teóricos franceses acerca dos conflitos em que se viam envolvidos foi da mudança que a estratégia revolucionária comunista conferia a natureza da guerra. Os revolucionários desenvolviam uma estratégia centrada na conquista da população e não de territórios, característica que conferia importância fundamental à ação política. Em uma guerra convencional a decisão é buscada através

³ Do original francês *Guerre Revoluttionaire*. Os teóricos franceses terminariam por batizar sua estratégia pelo nome do fenômeno que pretendiam combater – a guerra revolucionária comunista. A situação tem causado certa confusão conceitual, quando o mesmo conceito nomeia a guerra realizada por repressores e reprimidos. Os teóricos norte americanos adotariam no início dos anos 60 a conceituação Counterinsurgency Warfare – Guerra de Contra-Insurgência – que mesmo exercendo forte influência sobre os teóricos brasileiros, não os levou a abandonar o conceito original francês, Guerra Revolucionária, utilizado nas Forças Armadas brasileiras desde os primeiros manuais produzidos sobre o tema ainda nos anos cinquenta.

⁴ Essa percepção é um dos aspectos fundamentais das doutrinas “contra-revolucionárias”. Percebendo a característica etapista de implantação da estratégia comunista, os repressores estabeleceriam contra-estratégias elaboradas em etapas correspondentes.

do emprego da força militar; com objetivo estratégico centrado na conquista de áreas geográficas. Nesse tipo de conflito a política como instrumento de guerra tende a recuar ao segundo plano, reaparecendo apenas ao findar-se a luta. Na guerra revolucionária, a situação é outra. Sendo a população o objetivo, as operações destinadas a conquistá-la (por parte do rebelde) ou a mantê-la ao menos passiva (no caso do contra-rebelde) são essencialmente políticas – a ação política conserva a preponderância durante todo o percurso da guerra, sendo o próprio instrumento ativo da operação (Galula, 1966:19).

Nessas condições, os teóricos franceses desenvolveram estratégia centrada no emprego intensivo da *Ação Psicológica* - processos de persuasão, submissão e controle da população, centrados na propaganda, no controle dos meios de comunicação e na ação cívica. A ação psicológica visava, por um lado, controlar a difusão de informações contrárias ao governo estabelecido e, por outro, elevar o nível de vida da população, mitigando as causas de descontentamentos e dificultando a atuação dos subversivos (Bonnet, 1963:249; Galula, 1966:25).

A segunda percepção fundamental dos teóricos franceses foi a da mudança radical na postura do inimigo, que não atuava como um exército de linha uniformizado e buscando sustentar posições. Ao contrário do que até então haviam enfrentado, o inimigo subversivo apresentava-se de forma fluída, atuando clandestinamente no seio da população. Dessa forma, corroía internamente as bases de sustentação do poder do estado, utilizando-se dessa invisibilidade como sua arma principal. A postura tornava obsoletas as grandes unidades de infantaria pesadamente armadas, visto não haverem, salvo nas fases finais do processo revolucionário, corpos de exército adversários a serem combatidos. Essa característica fluída e clandestina tornava a capacidade de identificação e localização do inimigo na massa da população o desafio maior *da Guerre Revolutionnaire* – e principal desafio do caminho rumo à vitória (Bonnet, 1963; Galula, 1966).

As percepções francesas sobre as mudanças na natureza da guerra, e na postura do inimigo, seriam o cerne do giro estratégico realizado pelas forças defensivas ocidentais na segunda metade do Séc. XX. Todavia, mesmo que lançando os alicerces para a compreensão das atividades subversivas desenvolvidas ao longo do desenvolvimento da Guerra Revolucionária Comunista, os franceses apenas esboçaram os caminhos para o desenvolvimento de uma doutrina de guerra “Contra-

Revolucionária”. Suas contribuições nesse sentido surgiram das respostas iniciais desenvolvidas por suas forças coloniais frente os desafios das lutas em suas colônias. Visando o desenvolvimento de uma “guerra política”, implantaram os 5^a Bureaux de Ação Psicológica, especializados no emprego de propaganda e contra propaganda, exclusivamente destinados à Guerra Psicológica.

Frente ao desafio de identificação e localização do inimigo, optaram por desenvolver um sofisticado mecanismo de levantamento de informações e de controle social da população através de uma tática de ocupação territorial baseada no “zoneamento” ou “quadriculagem”. A tática que consistia em dividir e subdividir o território em pequenas “zonas” e ocupá-las permanentemente por meio do fracionamento de seus corpos de infantaria. Cada fração da tropa ficando responsável por um determinado setor, ocupando-o como residentes, sem rotatividade de quadros. Buscavam com essa presença ostensiva estreitar os laços com a população subjugada, favorecendo a criação de redes de informações e inteligência. A tática otimizava tanto o controle da vida social da população, quanto proporcionava informações para a atuação dos 5^o Bureaux, auxiliando no desenvolvimento de ações psicológicas direcionadas a setores ou interesses específicos da população (Bonnet,1963: 245). Tal forma de atuação teria sido em muito aperfeiçoada na Argélia, com importância fundamental nas vitórias obtidas⁵.

A doutrina de *Guerre Revolutionnaire* teve influência imediata nas forças armadas latino americanas. Na Argentina e no Brasil, a marcada influência francesa presente desde a primeira metade do séc. XX, faria com que a nova doutrina tenha penetrado em suas forças armadas de maneira quase que imediata. No Brasil, a influência reconhecidamente presente entre os oficiais desde a Missão Francesa que atuou no país entre 1920 e 1939, não diminuiria mesmo frente a aproximação com os Estados Unidos realizada ao longo da Segunda Guerra Mundial. Rapidamente os escritos sobre a guerra revolucionária produzidos pelos teóricos franceses entrariam

⁵ Para ganar militarmente la batalla de Argel se basaram en dos pilares. La accion psicológica já citada y el control total de la poblacion. (...) Dividieron la ciudad mediante su quadriculado por barrios, los barrios por islotes y los islotes por grupos de casas, y estas por familias residentes hasta llegar a los individuos, empradonaram a cada um de los habitantes, fichando-los com sus horarios e trayectos habituales. Em cada nível había un responsable que en todo momento del dia o de la noche devia rendir cuentas a los militares de los posibles câmbios en el sector a su cargo. OLIVEIRA-CÉZAR, 2003: 72-73)

pelos canais da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola de Comando Maior do Exército (ECEME)⁶, datando de 1959 a primeira conferência sobre o tema proferida na ESG (Filho, 2009:181). Rapidamente a temática ganharia papel de destaque nos currículos de ambas as escolas, responsáveis pela formação do alto escalão da hierarquia das forças armadas.⁷

A Contra Insurgência Norte Americana e a consolidação da Guerra Interna

A vitória da Revolução Cubana em 1959 traria o impulso definitivo para reestruturação das forças repressivas da América Latina em prol de uma guerra interna. A ascensão de Fidel Castro ao poder acentuaria o alarmismo anti-comunista no meio castrense da região, provocando uma mudança de postura por parte do governo norte americano em relação ao continente, que passaria ao centro das atenções políticas e estratégicas dos Estados Unidos no quadro da guerra fria.

A vitória revolucionária a poucas milhas da costa norte americana levaria o governo Kennedy a promover uma profunda alteração na estratégia de defesa do continente. Nesse período os Estados Unidos desenvolveram sua própria doutrina de guerra contra-revolucionária, diretamente influenciada pelo pensamento militar francês⁸.

Incorporando os preceitos franceses sobre as mudanças na natureza da guerra e na postura do inimigo, os americanos pretenderam ir além e desenvolver a partir deles

⁶ Conforme depoimento do General Meira Mattos ao CPDOC já citado na página dois, nota dois. Ou ainda, no prefácio da primeira tradução brasileira da obra do pensador militar francês Coronel Gabriel Bonnet, onde o então Coronel Meira Mattos afirma: “Em nosso país, desde que se ensaiaram os primeiros estudos sobre esse insidioso tipo de conflitos que Mao Tse-Tung chamou de Guerra Revolucionária, foram os artigos do Coronel Bonnet, publicados na “*Revue Militaire*”, (...) que forneceram os melhores subsídios à compreensão e à difusão do assunto, realizado inicialmente em nossas Escola Superior de Guerra e Escola de Comando-Maior do Exército”. (Meira Mattos. *Apresentação in*: Bonnet, 1963).

⁷ Alfred Stepan aponta referindo-se a evolução do tema nos currículos da ECEME: *In the 1956 curriculum, for instance, there were no class hours schedule on counter guerrilla warfare, internal security or communism. By 1966, however, the curriculum contained 222 hours on Internal Security, 129 on Irregular Warfare, and 24 hours on the “old” professional military topic of Territorial Warfare.* (STEPAN, 1973.:57).

⁸ Os Estados Unidos estavam estreitamente envolvidos com os militares franceses desde o período inicial de desenvolvimento da doutrina de *Guerre Revolutionnaire*, atuando como financiadores quase exclusivos do esforço de guerra francês na Indochina DAVIS, Peter. *Hearts and Minds*. Documentary. United States 1974.

uma sólida estratégia de reação. A partir da *Guerre Revolutionnaire*, desdobraram os dois conceitos fundamentais que se tornariam a base de sua *Doutrina de Segurança Nacional* - os conceitos de “Inimigo Interno” e “Fronteiras Ideológicas”, adequando assim, os conceitos franceses voltados ao controle de populações coloniais à conjuntura bipolar de guerra fria.

A idéia partia da percepção proporcionada pela experiência acumulada nos episódios revolucionários ocorridos na China. Indochina, Argélia, Grécia, Coreia e Cuba, de que o inimigo comunista, ao contrario do esperado pela Doutrina Truman e sua Política de Contenção, não se expandia através de uma guerra tradicional de invasão de fronteiras. Sob a influência francesa, perceberam tratar-se de uma guerra indireta, realizada no plano interno das nações por quadros locais ideologicamente comprometidos com a causa comunista. A nova guerra não respeitava fronteiras, era realizada contra um inimigo interno, separado apenas por suas opções ideológicas.

A nova conceituação definitivamente enquadraria os “subversivos” na conjuntura internacional de Guerra Fria, provocando um deslocamento da “Guerra Total” bipolar de contenção do avanço do “Imperialismo Vermelho” para o plano interno das nações. Na prática, significou na política externa estadunidense a substituição dos conceitos defensivos da Política de Contenção da Doutrina Truman pelos ofensivos da “Guerra de Contra-Insurgência”⁹, adotados a partir do Governo Kennedy.

A estratégia incorporava os principais aspectos esboçados na *Guerre Revolutionnaire*, no que se referia a importância das atividades políticas e de inteligência. Adotariam a idéia dos 5º Bureaux, criando suas respectivas “5ª Seções de Ação Psicológica”, dedicando especial atenção às “Ações Cívicas” onde se destacariam os programas de auxílio desenvolvidos em âmbito continental a partir da assinatura das teses da Aliança para o Progresso. Da mesma forma, dedicaram especial atenção à necessidade de estabelecimento de redes de informações destinadas a identificação do inimigo.

As principais inovações ocorreriam no aspecto tático militar. A adoção do conceito de Inimigo Interno resultaria em um amplo redirecionamento dos programas de auxílio militares destinados às nações aliadas da América Latina. Esse reordenamento

⁹ Do original inglês Counterinsurgency Warfare.

levaria ao abandono do fornecimento de material aeronaval pesado voltado à guerra tradicional - tanques, navios e aeronaves de alto desempenho.

Mesmo que adotando as referências francesas no que se refere à guerra psicologia e de informações, os EUA não investiriam na tentativa de controle da população nos moldes da ocupação ostensiva do território (técnicas de quadriculagem e zoneamento), e nesse ponto surgem suas principais inovações promovidas a partir da doutrina francesa.

Envolvidos em uma disputa mundial, perceberam as limitações logísticas da aplicação da estratégia de zoneamento em larga escala. Não poderiam ocupar ostensivamente o continente. Optaram pela chamada “resposta flexível”. A estratégia baseava-se em operações descentralizadas, realizadas por unidades autônomas de alta mobilidade, conectadas entre si por uma rede densa de comunicações rápidas. Essas unidades de “Forças Especiais”, pequenas e extremamente adestradas, seriam destinadas a intervenções de contra-insurreição, rápidas e secretas, mesmo que ilegais, nas quais se previa a atuação e retirada sem perda de homens, pretendendo o máximo de discrição e eficiência. As Forças Especiais foram criadas por Kennedy- seu patrono - após a derrota da Baía dos Porcos, e eternizados pelo codinome “Boinas Verdes” em alusão a diferenciação no uniforme (Filho, 1999:73).

A estratégia levaria a reorientação no fornecimento de material bélico no sentido de um intenso investimento na utilização de veículos ligeiros de transporte terrestre, armas pessoais leves e tecnologia de comunicações (Filho, 1999: 73 ; Padrós, 2005:159).

A resposta norte americana à presença clandestina do inimigo no seio da população resultaria em uma inovação de importância para pesquisa proposta, o grande destaque dado à atuação das forças policiais. Passariam a considerá-las a melhor forma de estabelecer um serviço eficiente de informações, e maneira mais eficaz de combate ao movimento subversivo em suas fases iniciais de desenvolvimento. O desbaratamento das atividades revolucionárias em sua fase de inicial de implantação evitaria a necessidade de intervenções militares, mais dispendiosas política e financeiramente (Huggins, 1998: 122). Particularmente em termos logísticos e financeiros que as vantagens da nova estratégia se faziam sentir:

O custo total de uma companhia policial de controle de tumultos com duzentos e vinte e cinco homens, totalmente equipada com mochilas pessoais, gás lacrimogêneo, cassetetes, armas de mão e um carro tanque para dispersar multidões com tinta indelével chega apenas a cinquenta e oito mil dólares (Rabe, 1989:118, *apud* Filho, 1999:75).

Visando a rápida difusão de sua nova estratégia de guerra, o governo norte americano ampliaria os programas de treinamento militar oferecidos às forças armadas aliadas na Zona do Canal no Panamá, fundando, no início dos anos 60, uma série de escolas militares voltadas ao público latino americano. A valorização das atividades policiais promovida pela Doutrina de Guerra de Contra-Insurgência resultaria na fundação em 1962 na base militar de *Fort Davis* na Zona do Canal, da *Inter-American Police Academy* – IAPA, voltada exclusivamente ao treinamento de forças policiais. Batbugli em estudo recente sobre a polícia de São Paulo, aponta a presença de 648 policiais brasileiros treinados diretamente nessa academia policial entre 1962 e 1972 e, citando números levantados nos arquivos da AID/OPS¹⁰, em 108.000 (cento e oito mil) os policiais treinados no Brasil diretamente por norte americanos, ou por brasileiros treinados nos Estados Unidos (Battibugli, 2006:301).

Segundo Phyllis Parker, o Brasil foi de longe o maior beneficiado pelos programas desenvolvidos pelo governo estadunidense em seu intento de melhorar o poder de impacto das polícias sul americanas. Os programas ofereceram as Polícias Militares brasileiras treinamento em criminologia, contra-espionagem, operações de patrulha, manejo de explosivos, controle de alfândega, e mais de 31.000 granadas de mão, bem como capacetes, couraças e coletes a prova de balas, visando o controle de distúrbios de rua. Segundo a autora, os programas seguiram mesmo durante os anos marcados pelo afastamento dos Estados Unidos do governo brasileiro, ocorridos durante as crises do governo Goulart. Nesse período, os acordos seriam firmados diretamente com os governadores estaduais de “oposição”, à revelia do Governo Federal (Parker, 1977:119-121). Os instrutores norte americanos mostraram-se ciosos de seus alunos gaúchos, saudando o comando da Brigada Militar pela atuação destacada de seus oficiais nos cursos realizados, onde ocuparam sucessivamente as primeiras colocações

¹⁰ *Agency for International Development / Office Public Safety*. -órgãos responsáveis pelos programas de treinamento voltados as nações aliadas.

em detrimento dos demais colegas latino-americanos (Ribeiro, 1987:557). Martha Huggins aponta ainda que o OPS ajudou a treinar, equipar e indicar pessoal para as “Tropas de Choque”, especiais para controle de multidões e motins nos estados do RS, PR, SP, MG, GO, PE e DF. afirmando que:

segundo eles (o OPS), seu trabalho com essas unidades de polícia especial revelou seus bons resultados em maio de 1967, durante uma manifestação estudantil no Rio Grande do Sul, quando esquadrões policiais anti-tumultos treinados pela OPS, mostraram aos estudantes que havia força suficiente para controlar ajuntamentos de massa, e que as autoridades não iriam tolerar grupos civis violentos (Huggins, 1998:156).

A citação refere-se ao episódio da “Passeata da Catedral”, protesto dos estudantes secundaristas contra os acordos de reforma do ensino MEC-USAID e a Guerra no Vietnã. Os estudantes acuados pela violência da força de dissuasão, buscaram refúgio no interior da Catedral Metropolitana, sendo perseguidos mesmo no interior do templo, episódio que marcaria o início de uma escalada de brutalidade contra os movimentos oposicionistas no estado (Gutiérrez, 1999:32-36).

A Passeata da Catedral ocorreu em Porto Alegre apenas dois meses após a promulgação da constituição de 1967, revelando a extrema eficiência e imediata capacidade de resposta da Brigada Militar frente suas novas atribuições no policiamento ostensivo. O episódio lança luz sobre a eficiência e profundidade alcançadas pelos programas de treinamento oferecidos pelo governo estadunidense, assim como à profunda penetração na corporação do ideário das doutrinas contra-revolucionárias desenvolvidas em âmbito internacional.¹¹

A excelência atingida pela corporação nas atividades de Operações Especiais e Contraguerrilha resultaria na criação do Curso de Instrutores de Operações Especiais (CIOE) na APM ainda no ano de 1972. O curso, com vagas disputadas por alunos oriundos de diversas PMs do país, era ministrado por oficiais formados na própria academia, e visava preparar oficiais para atividades de Operações Especiais. O programa abrangia assuntos como “Doutrina de Guerra Revolucionária”, “guerrilha e contra-guerrilha urbana” “guerrilha e contra-guerrilha rural”, “revisão de doutrina

¹¹ Assim como a Brigada Militar, outras PMs demonstraram idêntica capacidade de resposta. No Rio de Janeiro, A PMERJ foi a responsável pela repressão ao movimento estudantil em seus protestos contra o regime ditatorial, nos episódios que resultariam na morte do estudante Edson Luis. Em São Paulo, a PM executou o cerco ao XXX Congresso da UNE em Ibiúna. (GORENDER, 1987:147-149).

militar regular em pequenas frações”, e “táticas de pequenas unidades”. O curso era ministrado no alto da Serra do Umbu, entre os municípios de Riozinho e Barra do Ouro (Borges, 1990:71).

Considerações Finais

Nossa análise do papel reservado às Polícias Militares brasileiras pela Constituição de 1967, sugere que a militarização do policiamento ostensivo determinada pela carta seria resultado do enquadramento dessas forças nos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional, e diretamente relacionada à uma estratégia de contenção do avanço do comunismo no país.

Os resultados parciais de nossa pesquisa apontam o peso da conjuntura internacional de Guerra Fria nas formulações teóricas dos alunos oficiais brigadianos sobre suas atividades na Segurança Nacional e Segurança Interna. O estudo revela influência das doutrinas de guerra contra-revolucionária francesa e norte americana no entendimento desses oficiais sobre sua atuação no policiamento ostensivo realizado no Rio Grande do Sul no início dos anos oitenta.

Essas influências apontam que mais do que a tentativa da busca de uma origem única para as teorias que estruturaram as práticas desenvolvidas por nosso aparato repressivo, existe a necessidade de aprofundamento de nossas pesquisas empíricas em busca da compreensão das peculiaridades do desenvolvimento de nossa escola contra-revolucionária.

Mesmo que fortemente influenciadas pelo contato com ambas as escolas citadas ao longo do séc. XX, faz-se necessário o estudo de como essas teorias foram assimiladas em nossas forças armadas e policiais, considerando ainda, como a experiência acumulada ao longo de duas décadas de regime repressivo influenciou no amadurecimento desse arcabouço teórico no âmbito interno de nossas instituições repressivas.

Nesse sentido, buscamos aprofundar o estudo das atividades desenvolvidas por nossas polícias militares no quadro da Ditadura de Segurança Nacional, e compreender o peso da teoria e técnica contra-revolucionárias para o desenvolvimento de suas

práticas militarizadas de policiamento ostensivo, que pelas peculiaridades de nosso processo de abertura, representam uma das maiores heranças legada pelo período.

Bibliografia

BARRETO, Manoel Portela de Menna. *As Polícias Militares na Segurança Nacional*. Monografia de Conclusão. Curso Superior de Polícia Militar. Academia de Polícia Militar. Porto Alegre. 1984.

BATTIBUGLI, Thais. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo. 1964-1964*. Tese. São Paulo: USP, 2006

BONNET, Gabriel. *Guerrilhas e Revoluções*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1963

BORGES, Geraldo Coimbra. *Histórico e Evolução do Ensino na Brigada Militar*. Porto Alegre: Editorial Presença/BM Edições 1990.

D'ARAÚJO, Maria Celina & CATRO, Celso. *A Visão Militar do Golpe*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1993.

FILHO, Martins. *Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a Contra Insurreição*. Revista Brasileira Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1999

_____. *Tortura e Ideologia: Os Militares Brasileiros e a Doutrina de Guerre Revolutionary* In: Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça No Brasil. São Paulo Hucitec 2009

GALULA, David, *Teoria e Prática da Contra Rebelião* – Rio de Janeiro, Edições GRD: 1966.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: A esquerda Brasileira das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. São Paulo. Editora Ática, 1987

GUTIÉRREZ, Cláudio Weyne. *A Guerrilha Brancaléone*. Porto Alegre: Proletra, 1999

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/ América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998

LIUMÁ, Diego *Los Maestros de La Tortura: La Influencia Francesa em los Militares Argentinos*. Todo es Historia. Buenos Aires. n°422 Setembro 2002

MARQUES, Mauro. *A Atuação da PM no Campo da Segurança Interna, Uma Interpretação da Lei e o Procedimento da PM*. Monografia de Conclusão. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Academia de Polícia Militar. Porto Alegre. 1980.

OLIVEIRA-CÉZAR, Maria. *El Aprendizaje de la Guerra Contrarrevolucionária*. Todo es História. Buenos Aires n°435. dezembro de 2003

PADRÓS, Enrique Serra. *Como El Uruguay No Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968 – 1985): Do Pachecato a Ditadura Civil-Militar*. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 2005

PARKER, Phyllis. 1964: *O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977

RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Esboço Histórico da Brigada Militar (1930-1961)*. Porto Alegre: Presença, 1987

STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. London: Yale University Press, 1973.